REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

CÓDIGO "B": A INFORMATIZAÇÃO E DIFUSÃO DOS DADOS DOS TRABALHADORES E SINDICATOS NA USINA DE ITAIPU APÓS 1984

CODE "B": THE COMPUTERIZATION AND DISSEMINATION OF DATA OF WORKERS AND UNIONS AT THE ITAIPU PLANT AFTER 1984

CÓDIGO "B": LA INFORMATIZACIÓN Y DIFUSIÓN DE LOS DATOS DE LOS TRABAJADORES Y SINDICATOS EN LA PLANTA DE ITAIPÚ DESPUÉS DE 1984

Valdir Sessi[1]

e666506
https://doi.org/10.47820/recima21.v6i6.6506

PUBLICADO: 6/2025

RESUMO

O presente estudo descreve alguns códigos alfanuméricos utilizados pelas comunidades de informações, os quais também seriam aplicados como elementos de produção de informações psicossociais sobre entidades e trabalhadores na Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, na segunda metade da década de 1980. A abordagem parte da hipótese de que a informatização sistemática, decorrente do avanço da informática, daria origem a mecanismos mais complexos de identificação, os quais substituiriam os protocolos tradicionais usados anteriormente para a identificação de documentos trocados entre as comunidades de informações, no período anterior a 1984. Nesse sentido, foram realizadas análises de diversos documentos produzidos pela Assessoria de Segurança e Informações (AESI) da Itaipu Binacional. A partir dos documentos acessados no Centro de Documentação de Itaipu (CDI), em 2014, verificou-se que as novas formas de identificação do CADA/SARDI não existiam antes da sindicalização dos trabalhadores, passando a ser empregadas especificamente na produção de dados sobre a nova direção do Sindicato da Construção Civil, cuja diretoria era majoritariamente composta por trabalhadores da usina. Portanto, este artigo tem como principal objetivo apresentar os novos elementos de identificação de entidades e pessoas consideradas investigadas, ou já investigadas, pelo órgão de repressão em determinados momentos históricos

PALAVRAS-CHAVE: Itaipu. AESI. CADA. SARDI. Código.

ABSTRACT

The present study describes some alphanumeric codes used by the information communities, which would also be applied as elements for the production of psychosocial information about entities and workers at the Itaipu Binacional Hydroelectric Power Plant, in the second half of the 1980s. The approach is based on the hypothesis that systematic computerization, resulting from the advancement of information technology, would give rise to more complex identification mechanisms, which would replace the traditional protocols previously used for the identification of documents exchanged between information communities in the period prior to 1984. In this sense, analyses were carried out of several documents produced by the Security and Information Advisory (AESI) of Itaipu Binacional. From the documents accessed at the Itaipu Documentation Center (CDI), in 2014, it was found that the new forms of identification of CADA/SARDI did not exist before the unionization of the workers, starting to be used specifically in the production of data on the new direction of the Civil Construction Union, whose board of directors was mostly composed of workers from the plant. Therefore, this article has as its main objective to present the new elements

[1]Graduado em História pela Faculdade União das Américas, Foz do Iguaçu-PR. Especialista em Metodologia do Ensino de História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. Mestre em História e Doutor em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus Marechal Cândido Rondon-PR. Policial Penal em Foz do Iguaçu-PR. SESP/PR.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

of identification of entities and people considered investigated, or already investigated, by the repression agency in certain historical moments

KEYWORDS: *Itaipu. AESI. CADA. SARDI. Code.*

RESUMEN
El presente estudio describe algunos códigos alfanuméricos utilizados por las comunidades de información, que también serían aplicados como elementos para la producción de información psicosocial sobre entidades y trabajadores de la Central Hidroeléctrica Binacional de Itaipú, en el segundo semestre de la década de 1980. El enfoque se basa en la hipótesis de que la informatización sistemática, resultante del avance de la tecnología de la información, daría lugar a mecanismos de identificación más complejos, que reemplazarían a los protocolos tradicionales utilizados anteriormente para la identificación de documentos intercambiados entre comunidades de información en el período anterior a 1984. En este sentido, se realizaron análisis de varios documentos elaborados por la Asesoría de Seguridad e Información (AESI) de Itaipú Binacional. A partir de los documentos accedidos en el Centro de Documentación de Itaipú (CDI), en 2014, se comprobó que las nuevas formas de identificación de CADA/SARDI no existían antes de la sindicalización de los trabajadores, comenzando a ser utilizadas específicamente en la producción de datos sobre la nueva dirección del Sindicato de la Construcción Civil, cuyo directorio estaba compuesto en su mayoría por trabajadores de la planta. Por lo tanto, el objetivo principal de este artículo es presentar los nuevos elementos de identificación de entidades y personas que se considera investigadas, o ya investigadas, por la agencia represiva en determinados momentos históricos.

PALABRAS CLAVE: *Itaipú. AESI. CADA. SARDI. Código.*

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo evidenciar o surgimento e o uso dos códigos alfanuméricos nos arquivos estatais vinculados às comunidades de informações, bem como os mecanismos de difusão e controle de dados associados. A construção da Hidrelétrica de Itaipu Binacional, iniciada em 1974, é aqui analisada como um marco da modernização autoritária do regime militar, onde se entrelaçam o avanço técnico-infraestrutural, o controle repressivo e os primeiros sinais de resistência política e sindical.

Idealizada como resposta à crescente demanda energética de Brasil e Paraguai, Itaipu foi concebida sob as diretrizes do Estado desenvolvimentista autoritário, que via nas grandes obras públicas não apenas instrumentos de crescimento, mas também formas de legitimação política. O Tratado de Itaipu, assinado em 1973, sintetiza esse processo: negociado de forma sigilosa por militares e diplomatas, consolidou uma aliança binacional que ocultava as assimetrias internas e suprimia o debate público (Sessi, 2023).

Com cerca de 40 mil trabalhadores e a presença de consórcios nacionais e estrangeiros, a obra exigiu uma gestão hierarquizada, orientada por metas rígidas e avessa à contestação. O canteiro de Itaipu espelhava o autoritarismo do regime, subordinando os direitos dos trabalhadores

ao discurso da técnica e da produtividade. Jornadas exaustivas, ausência de representação sindical autônoma e vigilância constante moldaram um ambiente de disciplina forçada.

Nesse contexto, destaca-se a atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI), vinculada à Itaipu e integrada ao aparato repressivo nacional. A AESI monitorava sistematicamente os trabalhadores, infiltrava agentes e produzia relatórios que serviam de base para demissões e sanções. Parte dessa vigilância se dava por meio da adoção de códigos alfanuméricos, que permitiam a catalogação e rastreamento individualizado de operários suspeitos de atividade política ou sindical. Esses códigos, registrados em fichas e sistemas internos, representavam uma forma silenciosa, mas eficaz, de controle ideológico e disciplinar.

Com o início da abertura política no governo Figueiredo, emergem os primeiros gestos de resistência dentro de Itaipu. Entre 1981 e 1982, trabalhadores passaram a disputar cargos no legislativo local, buscando representar seus interesses e romper com a invisibilidade política. Ainda que vinculados a partidos como o Partido Democrático Social (PDS) e o Partido da Frente Liberal (PFL), frequentemente enfrentavam retaliações disfarçadas de medidas administrativas, como demissões por "baixa produção ou redução de quadros" (Sessi, 2021, p. 99).

Mesmo diante dessas barreiras, formas de resistência se consolidaram: redes de solidariedade, difusão de ideias e articulação de pautas comuns entre os setores da obra. Figuras como Altair da Silva Nogueira, vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT), Assis Paulo Sepp e Antonio Bonifácio exemplificam essa politização incipiente, mas significativa, da classe trabalhadora.

A partir da década de 1980, o aparato repressivo também se moderniza. A AESI passa a utilizar tecnologias de informatização e a intensificar o uso de delatores infiltrados, com formação especializada pela Escola Nacional de Informações (EsNI). Registros apontam a presença de agentes nos setores mais organizados, como o consórcio ITAMON, revelando a sofisticação da vigilância e sua integração com os interesses da estatal, das empreiteiras e do regime.

A história da construção de Itaipu, portanto, revela a ambiguidade de um projeto que, ao mesmo tempo em que simboliza o apogeu técnico do regime militar, expõe as contradições de um modelo autoritário de desenvolvimento. A resistência, ainda que fragmentada, aponta para os limites do controle e a persistência das lutas por direitos, reconhecimento e representação no interior das grandes obras públicas.

1. DETALHAMENTO DO CASO

Este estudo se originou em pesquisas realizadas em 2014, no Centro de Documentações da Itaipu (CDI), porém o estudo que deu início e demonstrou esse modelo de atuação repressiva no âmbito das obras de Itaipu foi elaborado pela historiadora Jussaramar da Silva em sua dissertação de mestrado, concluída em 2010. Jussaramar Silva destacou na sua pesquisa, que

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

não havia uma data precisa que indicasse a criação da Assessoria de Segurança e Informações na Itaipu Binacional. Porém, essa historiadora, embasada nos "estudos de Motta (2008), consideraria que o ano da criação dessa agência de informações seria em torno de 1973, seguindo uma tendência do governo em incentivar a criação desses órgãos" (Silva, 2010, p. 30).

Embora no seu estudo pioneiro Jussaramar Silva deixasse aberta essa questão, atualmente dá para contribuir com essa perspectiva por meio de outras maneiras. Ou seja, encadeando a criação da Assessoria de Segurança e Informações/Itaipu Binacional (ASI/IB), conduzindo-a ao novo formato de produção e arquivo de informações sigilosas surgidas com o elemento da informatização e sistematização. Nossa hipótese consiste em elucidar alguns pontos já estudados por Silva (2010), mas com novas fontes, e por meio disso, apontar novas evidências ao caso, objetivando apresentar nova metodologia de informações sigilosas adotadas por estes organismos de forma simultânea.

Nesse sentido, é possível verificar que a gênese das atividades da repressão e espionagem que viria junto com os trabalhadores no canteiro de obras de Itaipu tem a ver com a própria seleção do pessoal que formaria o corpo de segurança física, a partir da nomeação e atuação do Conselho de Administração da estatal, no ano de 1974. Naquele momento o, então diretor geral da Itaipu Binacional, general José Costa Cavalcanti (1974-1985), iniciaria as nomeações de seus auxiliares para os mais diversos assuntos, dentre os nomeados estavam os generais da reserva do exército, Bruno Castro da Graça e Junot Rabello Guimarães, que ocupariam os cargos de chefe da Assessoria de Segurança e Informações da Itaipu/ME[1] (Sessi, 2015, p. 66).

Tal assessoria consistia internamente numa função organizativa complexa e abrigava três setores autônomos dentro da organização: a secretaria, o setor de segurança e o setor de informações, sendo este último com onze atribuições específicas no ramo da espionagem. No entanto, a atribuição mais importante no esquema de produção e difusão de informações, estava elencada no parágrafo terceiro, cuja tarefa era relativa ao pessoal de informações. Tendo, dessa forma, como chave dessa análise, segundo o regulamento interno da Itaipu: "Propor a difusão dos Informes ou Informações que, pelo Princípio da Oportunidade, devam ser do conhecimento imediato do SNI[2], do Diretor-Geral, da Assessoria de Segurança da ITAIPU no PARAGUAI (AS/IB/PY[3]) ou mesmo de outros órgãos"[4]. Nota-se que a subjetividade do "princípio da oportunidade", era o móvel da necessidade e da existência das agências, não só nas estatais, tal como Itaipu, mas em todos os lugares onde houvesse a "existência real do elemento subjetivo da

[1] Margem Esquerda do Rio Paraná. Indica também o lado brasileiro do projeto.
[2] Serviço Nacional de Informações.
[3] Assessoria de Segurança/Itaipu Binacional/Paraguay.
[4] FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0149. Disponível em: http://sian.an.gov.br/. Acesso em 10 de junho de 2017.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

subversão". Essa nomenclatura duraria, portanto, até 1978, quando a agência teria outra nomenclatura, se configurando como Assessoria Especial de Segurança e Informações AESI/IB/ME (CDI, Filme: 9201F, Rolo: 0957).

Observa-se por meio dessas atribuições, que para além do conhecimento imediato das informações que deveriam ser disponibilizadas ao Serviço Nacional de Informações, estas informações também deveriam ser repassadas à entidade coligada do Paraguai, fechando desta forma o elo resultante da espionagem voltadas para o cone sul tendo a Itaipu como possível e abastada avalista estrutural.

Portanto, dá para perceber que esta nomeação para um cargo de confiança dada ao general Bruno, ocorreria pelo fato desse general ter sido subordinado de Costa Cavalcanti desde o Ministério do Interior (1969-1974). No início da década de 1970, Castro da Graça já desempenhava a função de chefe da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do ministério[5]. Já o general Junot Rabello, para além de sua carreira militar, teria também uma experiência como Secretário da Segurança Pública do Paraná durante todo o ano de 1966[6], além de outras funções públicas. Mas não parava nisso: ainda havia os cargos de Coordenador de Segurança (CS), e por último o chefe do Serviço de Informações e Contra Informações (SICI), ocupados por dois coronéis. Eram os laços sociais se consolidando no mega e disputado projeto binacional.

A nomeação desses militares, sobretudo para comandar a produção e difusão de informações, além da área da segurança física e privada na Itaipu, daria sustentação ao novo organograma relativo às informações empresariais e de pessoal que nascia com a própria estatal. O órgão, portanto, garantia sua legitimidade institucional para atuar logo após a primeira reunião do Conselho de Administração ainda em 1974, conforme comunicado ao Conselho de Segurança Nacional, datado de 24 de outubro de 1974, momento em que Castro da Graça se apresentava, e formalizava ao SNI a sua nova função na área da Itaipu Binacional: "Tenho o prazer de informar a V.Sa que a Diretoria Executiva desta Entidade, em Resolução de 3 de outubro de 1974, criou a Assessoria de Segurança de Itaipu, em cuja Chefia nos encontramos inteiramente ao seu dispor, no que possamos ter a satisfação de ser úteis"[7].

Em Itaipu, com o general Bruno nessa chefia, o desenvolvimento das atividades de segurança física e informações ficaria mais clara ao público externo da usina tempos após sua nomeação em um documento produzido em meados da década de 1980 cujo motivo era um ponto de discórdia entre militares do exército e membros do corpo da segurança da estatal comandados por Bruno Castro da Graça. Tal problema geraria discussões entre o chefe da (ASI) da Itaipu e o

[5] FUNDO: Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio. Termo: BR DFANBSB AA3.0.NRE.4. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex. Acesso em 12 de outubro de 2020.
[6] Governo do Estado do Paraná. Disponível em: http://www.seguranca.pr.gov.br/Galeria-de-Secretarios. Acesso em 02 de novembro de 2020.
[7] FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.0234. Disponível em: http://sian.an.gov.br/. Acesso em 04 de outubro de 2018.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

comandante, há época, do 34º Batalhão de Infantaria de Foz do Iguaçu. Em um ofício confidencial, replicado ao comandante do batalhão do exército de Foz do Iguaçu, Bruno Castro da Graça reconstruía o processo da criação da Assessoria de Segurança e Informações (ASI) quando teria sido questionado pelo militar, acerca da legitimidade da atuação policial da segurança da estatal. Para esta análise, o histórico escrito em nove tópicos, é de suma importância, pois mostra em detalhes as formas de poder, as articulações, além de descrever em detalhes a criação institucional AESI e da Segurança Física no âmbito do canteiro de obras (CDI, Filme: 9196F, Rolo: 0030).

Esta demonstração de poder ocorreria porque o coronel que comandava a unidade militar de fronteira discordava, e ao mesmo tempo criava animosidade entre as instituições motivadas por torturas, às quais um soldado do exército lotado no 34º batalhão havia sofrido, tendo como executores, supostamente, alguns integrantes da segurança física da estatal subordinados ao general Bruno. Nesse caso, o militar, por força do capital social, se achava alheio aos trâmites formais que organizaram a instituição de segurança na Itaipu, e tentava rebaixá-la, cobrando uma posição de alguém cuja patente era superior à sua. Em outras palavras, tratava-se de um debate entre oficiais atuantes em esferas distintas, ainda que a ética e a disciplina estivessem ancoradas, simultaneamente, nos valores institucionais descritos por Bourdieu (2013), como sendo os "capitais social, simbólico, cultural" e o *habitus,* bem como no regulamento disciplinar do Exército.

Os espaços eram disputados com objetivo de delimitar a abrangência do poder local, cujo suporte ainda era o da repressão mais ampla, que se corroía, mas ainda estava presente. Tanto Bruno Castro da Graça, quando o coronel, ambos herdavam histórias vinculadas ao seu círculo de amizades que transcendiam a criação da Itaipu e custavam ser dissociadas de um novo cotidiano plural, binacional e supostamente amistoso. Neste caso, vale uma pergunta: Como uma instituição inscrita no meio civil teria mais autonomia que uma militar mais ativa, que também possuía no seu organograma interno, a S2[8], um histórico atuante de espionagem? Em resposta ao coronel, o general Bruno Castro da Graça afirmava em um dos tópicos do documento:

> [...] A primeira diretriz quanto à Segurança [...] e às Informações, constam no Art.59 do Regimento Internos da ITAIPU, documento básico da Entidade, elaborado pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho de Administração com a Resolução nº 008/74, de 23.07.74. Em resumo, as atividades de Segurança e de Informações, face a sua importância, seriam da responsabilidade do Diretor Geral (DG) e do Diretor Geral Adjunto (AG), nas áreas dos respectivos países, dispondo ambos, dos meios de que necessitassem e com a regulamentação e planejamento próprios [...]. (CDI, Filme: 9196, Rolo:0030).

[8] Grupo pertencente ao organograma interno das unidades militares responsável pelas investigações, tendo o serviço velado como característica imprescindível.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Retomando os estudos de Jussaramar da Silva, o importante é que esta historiadora não ficou somente no plano relativo ao canteiro de obras da Itaipu quando demostrou a atuação dessa agência descrita na citação acima. Silva, também partiria de um horizonte mais amplo mostrando que o *modus operandi* da Assessoria de Segurança e Informações da Itaipu iria para além das fronteiras brasileiras, conforme já destacado. Na prática, a AESI por meio de sua dinâmica estrutural contribuía de forma sistêmica com o aparelho repressivo da "ditadura paraguaia de Alfredo Stroessner (1954-1989) e possivelmente com os aparelhos de vigilância das outras ditaduras vigentes no Cone-Sul" (Silva, 2010, p. 28).

No caso do Paraguai e seu regime ditatorial, a repressão de Estado, estava amplamente vinculada à Itaipu Binacional, por um lado, pela disponibilidade de recursos, mas por outro, os mecanismos de repressão do ditador Alfredo Stroessner, com a direção e controle bem restrito ao seu chefe da polícia secreta Pastor Milciades Coronel. A polícia política do Paraguai percebia nesse projeto binacional um problema adicional, seja individual, seja por meio das atividades institucionais atreladas a sindicatos de operários. Neste caso, inaugurava-se também no Paraguai a filosofia de controle empregada pelo governo brasileiro, sendo que os fantasmas da "subversão e do comunismo" tinham neste projeto um lugar ideal para possíveis inculpações.

Dentro desse sistema siamês de controle, se existia uma AESI na Itaipu do Brasil, o tratado de Itaipu admitia por meio dos protocolos contratuais que existisse uma agência de informações, nestes mesmos moldes, também no Paraguai. Conforme o general Bruno teria dito ao comandante do batalhão do exército de Foz do Iguaçu: "Em resumo, as atividades de Segurança e de Informações, face a sua importância, seriam da responsabilidade do Diretor Geral (DG) e do Diretor Geral Adjunto (AG), nas áreas dos respectivos países [...]"[9].

A AESI, como um braço de Serviço Nacional de Informações, na área do projeto binacional nascia, portanto, no mesmo momento em que a Agência de Segurança Física da estatal teria sido ratificada, e a partir disso começaram as atividades pelas quais eram solicitadas ou percebiam que havia a necessidade de alguma ação. E mais, tinham a suas frentes importantes e experientes analistas, técnicos e recursos para poder atuar. E o que mais interessa nesse estudo, é que a AESI, pertencia ao Sistema Nacional de Informações (SISNI), e nas fases de finalização de investigações e das coletas, dos chamados dados importantes dentro do contexto do princípio da oportunidade, alimentavam a partir de meados da década de 1980, o Sistema de Arquivamento e Recuperação de Documentos para Informações (SARDI).

Como veremos no próximo tópico, era por meio dos lançamentos de dados no SARDI, que uma segunda identidade de trabalhadores e instituições consideradas "subversivas" eram criadas para carrear dados de pessoas e empresas, alimentando da mesma forma posteriormente por

[9] FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Termo: BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.0234. Disponível em: http://sian.an.gov.br/. Acesso em 04 de outubro de 2018.

meio da informatização do sistema, o Cadastro Nacional (CADA)[10]. Note-se, que em Itaipu, o progresso da informatização nos serviços de repressão caminhava junto com o progresso da formação das agremiações e sindicatos até então estagnado em face às peculiaridades do projeto.

Não passaria muito tempo para que a proposta sindicalista na barragem de Itaipu fosse definitivamente levada adiante. E o peso dessa nova identidade, composta pelo Cadastro Nacional (CADA) produzida nos órgãos de informações, possibilitava aos órgãos da repressão encurtarem caminhos nas buscas por informações. Tais procedimentos investigatórios já existiam e eram adotados logo no início das obras, conforme estudos de Silva (2010). Porém, eram dificultosos em face a precariedade e a demora acerca do cruzamento de dados entre as diversas comunidades de informações formadas e presentes nas "empresas estatais e nos organismos de segurança das polícias e das Forças Armadas" (Fico, 2001, p. 93). Isto é, se no primeiro momento as solicitações eram estratificadas como uma espécie de mosaico aos diversos departamentos nos vários Estados da Federação, no segundo momento, havia a centralização na EsNI: momento importante em que a informática passou também a ser uma ferramenta ágil de cruzamento de dados.

Seria também por meio dessa adequação, que já tinha uma orientação na própria essência da "Operação Condor", que essas agências iniciariam uma intensa vigilância no contexto mais denso das obras de Itaipu (Padrós, 2005; Silva, 2017). O ineditismo da Itaipu serviu para adequar os aparelhos repressores já atuantes em outras estatais e universidades. Ou seja, controlavam as atividades, sobretudo dos operários no sentido de se tentar uma aniquilação de qualquer movimento de trabalhadores, sejam comuns ou até os ligados às atividades sindicais. Mas também poderiam ter assumido posições amplas neutralizando contestadores dos altos custos atribuídos a estatal na gestão do general José Costa Cavalcanti, um desses pode ter sido o Embaixador José Jobim assassinado em 1979, após comentar que escreveria um livro de memórias, sobre a Itaipu (Ribeiro, 2021, p. 275).

2. ANÁLISE DE RESULTADOS: CÓDIGO "B", O SIGNIFICADO DOS CÓDIGOS EMPREGADOS PELO SARDI/CADA

Para entender os meandros da dificuldade em estudar a formação dos sindicatos durante a construção de Itaipu, se faz necessário primeiramente entender como eram as atividades de vigilância e os meios que eram utilizados contra os que desejassem romper e formar os sindicatos. Em meados de 1985, no calor do término do período da ditadura civil-militar (1964-1985), alguns operários presentes na usina começariam a se mover objetivando a criação de uma associação de trabalhadores com vistas a assegurar os direitos que estavam sendo corroídos pelos sucessivos planos econômicos do governo de José Sarney (1985-1990). Foi durante o governo de Sarney que

[10] FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Termo: BR DFANBSB V8 TXT AGR DNF 0038 d0001 de 0001. Manual do usuário do sistema de arquivamento e recuperação de documentos para informação (sardi). Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex. Acesso em 12 de outubro de 2019.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

coincidiria as fases da segunda metade da construção, tendo na direção geral da estatal o militar, político e ex-governador paranaense general Ney Aminthas de Barros Braga.

Na prática, o alto escalão do serviço de informações na barragem não mudaria com a saída do general José Costa Cavalcanti. Pelo contrário, Ney Braga manteria toda a cúpula da agência de informações dando ainda créditos adicionais ao general paranaense Junot Rebello Guimarães que mesmo estando na Itaipu desde seu início não tinha o peso e o capital social e simbólico de seu colega Bruno Castro da Graça. No caso de Junot, tal como o novo diretor geral, era paranaense e, portanto, há décadas transitando no mesmo círculo político, militar e tecnocrata do ex-governador Ney Braga (Granato, 2017).

Outro dado interessante, é que foi na administração do general e ex Governador Ney Braga, talvez por conta até da nova fase da política brasileira, que houve uma aproximação com aqueles que pretendiam levar a cabo os anseios dos operários. Não que essa direção fosse solidária a qualquer modo de reivindicação, a violência aos movimentos seria notada com mais propriedade "nas greves de 1987" (Sessi, 2015, p.39). Na verdade, não tinha por onde sair dessa problemática. Para o general Ney Aminthas de Barros Braga o melhor seria tentar compreendê-la, pois o momento político assim exigia[11]. Assim, se tivesse que admitir o fator sindicalismo na barragem, então que se investisse nos órgãos de informações para entender a dinâmica e o pensamento interno das futuras lideranças. Não havia mais segredo nas organizações das "Comissões de Fábricas" no canteiro de obras de Itaipu, que antes de 1985 eram tímidas, controladas, provocavam demissões e não tinham progresso.

Partindo desse horizonte da informatização dos aparelhos de informação, percebeu-se o início do aparecimento das nomenclaturas codificadas para cadastrar e racionalizar o que se pensava e se tinha em arquivos sobre as diversas lideranças que se sobressaiam dos quadros dos ditos barrageiros, e depois alimentar a burocracia do serviço de investigação. Haveria a necessidade, para além de catalogar e arquivar dados com mais precisão, também "qualificar" entidades e operários para entendê-los dentro de um quadro mais amplo que envolvia as comunidades de informações: cadastrá-los para saber de suas ideologias, bem como seu véu de atuação e de alcance.

Dentro dessa lógica, com outras roupagens metodológicas, criadas pelas Forças Armadas e outros organismos, nascia o Sistema de Arquivamento e Recuperação de Documentos para Informações (SARDI), este por sua vez, ligado ao Cadastro Nacional (CADA). Portanto, dois fatores importantes em tempos de informatização de informações sigilosas, cujo objetivo era o de "uniformizar procedimentos necessários à correta implantação do Levantamento de Dados Biográficos (LDB) em Banco de Dados (BD)[12].

[11] SEPP, Assis Paulo. Entrevista concedida a Valdir Sessi. Foz do Iguaçu-Pr, 30 julho de 2021.
[12] FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Termo: BR DFANBSB V8 TXT AGR DNF 0038 d0001de0001.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Neste caso, por meio das orientações contidas no SARDI e no CADA, a Itaipu Binacional passaria também a criar novas identidades sigilosas aos operários investigados e ligados ao campo progressista e aos movimentos, visando reunir o maior número de informações possíveis desses indivíduos, a partir do banco de dados alimentados no Distrito Federal aos cuidados da Escola Nacional de Informações, conforme resolução confidencial publicada em 1 de outubro de 1984, pelo general Geraldo de Araujo Ferreira Braga, há época chefe da Agência Central do SNI[13]. O lançamento desse manual coincidia diretamente com a mobilização dentro do canteiro de obras. Porém, este documento não era exclusivo ao atendimento da Itaipu Binacional. A usina era uma peça importante, uma vez que estava no cerne daquilo que o governo entendia como área de segurança nacional. Razão pela qual deveria ser controlada diuturnamente para ser o espelho político e de gestão do governo federal.

Objetivando responder às questões desse estudo, referente à informatização das informações, retoma-se o período que foram realizados os levantamentos de dados no Centro de Documentações da Itaipu, em 2014. Nesse período, e em alguns documentos, verificou-se que os pedidos de buscas, como peça inicial de algum acompanhamento a pessoas ou entidades, saiam de sua forma convencional e básica, utilizadas pelos órgãos de informações, mais detidamente até o início de 1980, e continham além das tradicionais informações preliminares, outros dados alfanuméricos extensos tal como demonstrado na figura 1. Os novos dados, eram colocados acima e a mão nos nomes das pessoas e das instituições que eram objetos de buscas. Além disso, eram também iniciados pela letra "B" em maiúsculo, descrita no manual como "Código".

Verificou-se por meio da análise dos dados constantes na figura 1, que não era somente a pessoa jurídica (Sindicato) que tinha um novo código no SARDI/CADA, sob o número (B2667009), conforme já foi detalhado anteriormente, mas também a pessoa física (Altair Nogueira da Silva / B2554963 – vice-presidente), e (Antonio Bonifácio/B0641595 - membro junto à federação) sendo que dígito verificador da entidade era 9, e do Nogueira era 3 e de Bonifácio era 5. Cabe destacar que o fato de qualquer pessoa ligada à militância operária não ter seu código secreto já disposto no sistema, não minimizava os efeitos da vigilância uma vez que ainda estava em construção, pois os dados eram sempre posteriores à informatização, sendo que aos não cadastrados anteriormente o preenchimento do dígito verificador seria substituído pela letra "N", conforme o esquema de instrução do Manual:

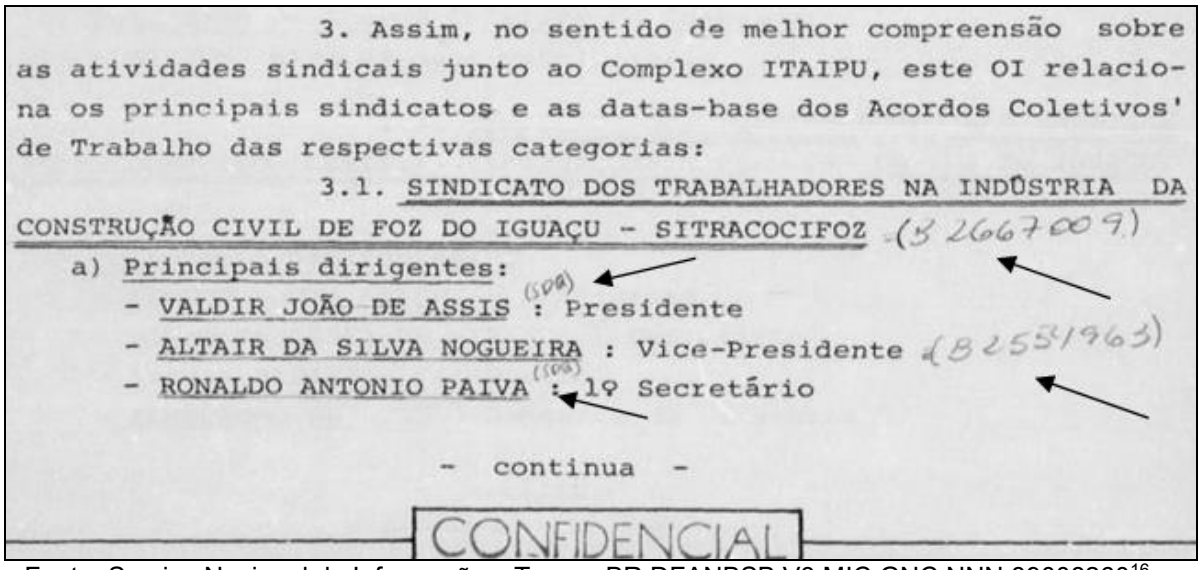
> Preencher com o número do Cadastro Nacional da pessoa a quem se refere o LDB. A primeira posição à esquerda deverá ser preenchida com a letra "B" (letra código do cadastro) e a última posição é destinada ao dígito verificador. Caso a pessoa não possua cadastro, deverá ser colocada a letra "N" no último espaço à direita; os demais espaços não serão preenchidos[14].

Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex>. Acesso em 25 de julho de 2019, p.45.
[13] Ibidem, p.281.
[14] Ibidem, p.225.

Diante dessa configuração, e sob a ótica das diversas agências, ao pedir informações ao setor de informática da Escola Nacional de Informações (EsNI), não haveria a necessidade de dizer o nome de interesse, e sim o número. O interesse dessa nova maneira de buscar dados era o de reunir de forma rápida e eficaz, como se fosse o Cadastro de Pessoa Física de um indivíduo ou o CNPJ de uma empresa, o maior número de informações possíveis e alimentar novamente o sistema. Ou ainda: "Transmitir as informações necessárias ao correto funcionamento do Sistema de Arquivamento e Recuperação de Documentos para Informações (SARDI), estabelecido pela Instrução Normativa n° 01/01/82, 18 de Out 82 (sic)"[15].

Tal medida dispensava, em tempos de informática, uma busca por regiões, cuja dependência era vinculada a serviço de Fax ou malotes, sempre muito demorados, em face os dados estarem centralizados no banco da Escola Nacional de Informações, em Brasília.

Figura 1: Composição da diretoria do Sindicato da Construção Civil de Foz do Iguaçu/1987



3. Assim, no sentido de melhor compreensão sobre as atividades sindicais junto ao Complexo ITAIPU, este OI relaciona os principais sindicatos e as datas-base dos Acordos Coletivos de Trabalho das respectivas categorias:

3.1. SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE FOZ DO IGUAÇU - SITRACOCIFOZ (3 2667009)

a) Principais dirigentes:

- VALDIR JOÃO DE ASSIS (SDQ) : Presidente
- ALTAIR DA SILVA NOGUEIRA : Vice-Presidente (B 2553963)
- RONALDO ANTONIO PAIVA (SDQ) : 1º Secretário

- continua -

CONFIDENCIAL

Fonte: Serviço Nacional de Informações. Termo: BR DFANBSB V8 MIC GNC NNN 89008260[16].

Percebe-se na figura acima, que cada um desses códigos teria uma espécie de fundamentação quanto a sua conduta psicossocial, ao passo que outros seguem com a denominação de SDQ, ou seja "Sem Dados de Qualificação", caso observado junto ao nome do primeiro presidente da entidade, Valdir João de Assis (SDQ). Muito provavelmente, a partir dessa informação (SDQ), Valdir de Assis, e os demais sem o cadastro, iriam ter seus novos códigos para possíveis e eventuais pedidos de busca. Afinal essa era a finalidade da atualização junto ao sistema CADA.

[15] Ibidem, p. 04.
[16] FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Termo: BR DFANBSB V8 MIC GNC NNN 89008260.Atividades Sindicais no complexo de Itaipu. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex>. Acesso em 12 de outubro de 2019, p.03.

Além disso, essa nova metodologia era ainda estabelecida por marcos temporais que dividia sistematicamente os períodos de trabalho das agências e suas subsidiadas nos estados, de maneira a entender o que foi produzido com relação ao período anterior a 1978 D (-), fosse reavaliado e alimentado para se tornar D (+), como período posterior a 1978, como dados de interesse para a instituição[17]. Esse adicional no recorte possibilitaria aos analistas das diversas agências, com acesso liberado, entender qual o ano, e se a pessoa ou entidade investigada, teria sido objeto de algum pedido de busca (PB).

Nesse sentido as chances de nivelar as informações eram maiores dentro de um contexto mais amplo. Da mesma maneira os arquivos considerados D (-), sofreriam as análises e posteriormente as micro filmagens eram destruídas tornando-os todos em D (+) tendo em vista a relativa importância para a manutenção desses dados.

Portanto, o lançamento do Manual do Usuário do Sistema de Arquivamento e Recuperação de Documentos para Informações, em 1º de outubro de 1984, representou um divisor de águas na atuação das agências de inteligência. Ao criar uma estrutura padronizada de identificação e recuperação de informações, o Estado brasileiro consolidava uma forma de vigilância mais precisa, automatizada e tecnocrática, fortemente integrada ao aparato repressivo que se estendia sobre áreas consideradas estratégicas para a segurança nacional, como era o caso da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

3. CONSIDERAÇÕES

Ao longo deste estudo, buscou-se demonstrar como se deu a criação da agência de inteligência no âmbito da Itaipu Binacional, situando esse processo dentro de um contexto histórico, político e institucional mais amplo. O foco da pesquisa não foi a de questionar a legitimidade ou a relevância da existência de tal órgão, afinal, estruturas de inteligência são, em muitos casos, parte inerente da atuação do Estado, especialmente em organizações estratégicas de grande porte.

Assim, a proposta não foi sugerir sua desnecessidade, mas sim compreender os caminhos e os fatores que levaram à sua constituição, explorando, sobretudo, os bastidores e os vínculos políticos que sustentaram essa estrutura.

Um dos aspectos centrais que motivaram a pesquisa foi a presença de um código intrigante encontrado em documentos de informação, conforme ilustrado na Figura 1, que despertou a atenção e suscitou questionamentos quanto ao seu significado e implicações. Esse elemento, embora aparentemente menor, acabou se revelando como uma chave importante para

[17] FUNDO: Serviço Nacional de Informações. Termo: BR DFANBSB V8 TXT AGR DNF 0038 d0001 de 0001. Manual do usuário do sistema de arquivamento e recuperação de documentos para informação (sardi). Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex>. Acesso em 12 de outubro de 2019, p. 274.

desvendar os modos de operação e comunicação da agência, e serviu como ponto de partida para um mergulho mais profundo na estrutura de inteligência da Itaipu.

Na etapa inicial do estudo, buscou-se compreender e contextualizar o objeto de investigação, delineando os principais elementos envolvidos na criação da estrutura de inteligência da empresa binacional. Foram explorados os meandros institucionais e os contextos políticos que favoreceram seu surgimento. Além disso, para melhor entender as motivações por trás das decisões e nomeações, foi necessário observar as ligações entre as lideranças militares e os grupos políticos da época. Ficou evidente, nesse sentido, que havia uma relação de confiança mútua e continuidade entre essas esferas, como demonstrado pelas nomeações dos generais Bruno Castro da Graça e Rabello Guimarães para cargos estratégicos ainda em 1974, o que evidencia uma articulação já consolidada entre os gestores da usina e os aparelhos estatais de controle e vigilância.

Conclui-se, portanto, que este estudo não se propôs a esgotar a complexidade do tema, tampouco oferecer respostas definitivas sobre a natureza e os desdobramentos da atuação da inteligência na Itaipu Binacional. Antes, buscou-se lançar luz sobre aspectos pouco explorados da sua história institucional, oferecendo novas pistas e interpretações que possam contribuir para pesquisas futuras. Num cenário em que narrativas oficiais e memórias silenciadas ainda coexistem, compreender os mecanismos e os interesses por trás da constituição de órgãos de inteligência permanece um desafio fundamental, especialmente quando se trata de instituições que atuam em zonas limítrofes entre o poder estatal, o sigilo e a soberania nacional.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio. Termo: BR DFANBSB AA3.0.NRE.4. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex. Acesso em: 12 out. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Conselho de Segurança Nacional. Termo: BR DFANBSB N8.0.PSN, EST.0234. Disponível em: http://sian.an.gov.br/. Acesso em: 4 out. 2018.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Conselho de Segurança Nacional. Termo: DFANBSB N8.0.PSN, EST.0149. Disponível em: http://sian.an.gov.br/. Acesso em: 10 jun. 2017.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Termo: BR DFANBSB V8 TXT AGR DNF 0038 d0001 de 0001. Manual do usuário do sistema de arquivamento e recuperação de documentos para informação (SARDI). Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex. Acesso em: 12 out. 2019. p. 274.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Termo: BR DFANBSB V8 TXT AGR DNF 0038 d0001de0001. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex. Acesso em: 25 jul. 2019. p. 45.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Termo: BR DFANBSB V8 MIC GNC NNN 89008260. Atividades sindicais no complexo de Itaipu. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex. Acesso em: 12 out. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA ITAIPU – CDI. Filme 9196, Rolo 0030. Acesso em: mar. 2014.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA ITAIPU – CDI. Filme 9201, Rolo 0957. Acesso em: mar. 2014.

FICO, Carlos. **Como eles agiam***:* os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Disponível em: http://www.seguranca.pr.gov.br/Galeria-de-Secretarios. Acesso em: 2 nov. 2020.

GRANATO, Natália Cristina. Tecnocracia e família no Paraná durante os governos de Paulo Pimentel e Ney Braga. **Revista NEP-UFPR**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 55-76, ago. 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: as assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi,** v. 9, n. 16, p. 30-67, jan./jun. 2008.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como El Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional:** Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tomo II, p. 434-876.

RIBEIRO, Marcos Vinicius. **A história da confederação anticomunista latino-americana durante as ditaduras de segurança nacional (1972-1979).** São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. 462 p.

SEPP, Assis Paulo. **Entrevista concedida a Valdir Sessi**. Foz do Iguaçu-Pr, 30 julho de 2021.

SESSI, Valdir. **"O povo do abismo":** trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da Hidrelétrica de Itaipu (1974-1987). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon-PR, 2015.

SESSI, Valdir. **A barragem de Itaipu e suas fendas políticas:** do estudo pioneiro de Octávio Marcondes Ferraz ao projeto definitivo: a fronteira, os grupos políticos e as empresas que desenharam a forma definitiva da barragem (1962-1985). 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon-PR, 2023.

SESSI, Valdir. Trabalhadores na construção da hidrelétrica de Itaipu (1974-1985): a fronteira entre o trabalho e os mecanismos simbólicos de controle. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 2, n. 3, p. 96-104, 2021. ISSN 2675-6218.

SILVA, Jussaramar da. **A Usina de Itaipu e a Operação Condor:** o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1987). 2010. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2010.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

SILVA, Jussaramar da. **As conexões repressivas no Cone Sul (1960-1990):** terrorismo de Estado em conexão internacional. 2017. 276 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2017.